

A CRISE DO MASCULINO

JOSÉ MAURÍCIO DA SILVA

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentação de alguns elementos teóricos que possibilitem discutir a temática da sexualidade e cultura. Ao mesmo tempo, discutir dois temas intrinsecamente ligados: a crise de um modelo familiar e a crise do masculino e feminino.

Palavras chave: sexualidade, cultura, masculino, feminino, família

THE CRISIS OF MALE

ABSTRACT: This article presents some theoretical elements that allow discussing the topic of sexuality and culture. At the same time it aims at discussing two subjects inextricably linked to each other: the crisis of a family model and the crisis of male and female.

Key words: sexuality, culture, male, female, family

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentação de alguns elementos teóricos que possibilitem discutir a temática da sexualidade e cultura. Ao mesmo tempo, discutir dois temas intrinsecamente ligados: a crise de um modelo familiar tido como garantia de produção de subjetividades saudáveis e a crise do masculino e feminino. Partirei da leitura de um artigo da Folha de São Paulo, dia 29 de abril, acerca das repercussões da adoção de crianças por casais *gays*, direito reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça e do pronunciamento da CNBB, acerca da aprovação da união homoafetiva.

O Tribunal Superior de Justiça, em decisão inédita – abril de 2010 – reconheceu o direito de adoção por casais *gays*. Imediatamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil se pronunciou contrária à decisão, alegando que tal procedimento tira da criança a possibilidade de crescer num espaço familiar formado por pai e mãe e que a criança tem o direito de conviver com figuras masculinas e femininas no papel de pais. Afirma o Pe. Luis Antonio Bento que nem tudo que é legal é moral e ético. Diz: “Cremos que essa questão da adoção por casais homossexuais fere gravemente o direito da criança de crescer e viver nessa referência familiar” (NUBLAT e GUIMARÃES, 2010, p.c5). Nesta mesma



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

laboreuerj@yahoo.com.br

www.polemica.uerj.br

Polêmica, v. 10, n. 4, outubro/dezembro 2011

direção, o Pastor Paulo Freire da Igreja Evangélica Assembléia de Deus afirma: “A criança precisa ter a figura do pai e da mãe e entender o que é a vida. A existência de dois pais ou duas mães embaralha o entendimento da criança sobre as figuras tradicionais de paternidade e maternidade” (NUBLAT e GUIMARÃES, 2010, p.c5). A Federação Espírita Brasileira afirma que “o mais importante em termos de educação e de família é o amor” (NUBLAT e GUIMARÃES, 2010, p.c5).

E recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, durante Assembleia Geral, (2011) reunida em Aparecida (SP), se pronunciou contrária à união homoafetiva aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, afirmando:

“O matrimônio natural entre o homem e a mulher bem como a família monogâmica constituem um princípio fundamental do Direito Natural”, diz o documento. “Equiparar as uniões entre pessoas do mesmo sexo à família descaracteriza a sua identidade e ameaça a estabilidade da mesma”.

O discurso das igrejas católica e evangélica fala-nos de um lugar da tradição, em que o modelo familiar defendido é o nuclear, burguês e patriarcal. A contemporaneidade, com novos arranjos familiares põe em xeque este modelo tradicional e, como diz Ceccarelli (2006), obrigam-nos a rever os papéis de gênero e, conseqüentemente, a ordem simbólica. Romper com algo historicamente acostumado como natural implica em perda da referência, ou mais precisamente, pode-se constituir numa “crise identitária.” Não podemos esquecer que crises sempre ocorreram na história da humanidade e crises simbólicas idem, pois são frutos de construção sócio-histórica e por serem construção implicam a possibilidade da mudança.

Paira no ar certo temor de que tais mudanças nas relações de gênero interfeririam negativamente no Complexo de Édipo. Em face deste temor, diz Ceccarelli (2006) que o Édipo é ao mesmo tempo universal e particular. Universal porque traz aquilo



que é comum a todo homem, a interdição do incesto; particular, pois o que estabelece a circulação do afeto é a ordem simbólica em que a criança está inserida. O Édipo defendido por Freud expressa a dinâmica pulsional de um modelo familiar de sua época, em que os papéis de homem e mulher eram rigidamente definidos e o lugar do agente castrador era identificado com a figura do patriarca que imaginariamente era o detentor do falo. E como sabemos, o mais importante na dinâmica edípica não são os protagonistas da cena e sim, os caminhos da pulsão e as escolhas objetais, responsáveis pela constituição do sujeito, afirma Ceccarelli (2007).

Influenciado pela cultura judaico-cristã, a cultura brasileira adotou um modelo de estrutura familiar e neste repousou a confiança de que é a garantia de produção de subjetividades saudáveis, “normais”. Sabemos, de antemão, que em nenhuma estrutura tem-se a garantia que se crê. Segundo Ceccarelli (2007),

[...] a “sobrevivência psíquica” do sujeito não depende de um arranjo familiar particular, mas, sim, de como, na posição do Outro, uma determinada organização familiar, qualquer que sejam os protagonistas, sustentará o bebê, candidato potencial a tornar-se sujeito, na travessia de duas “violências” incontornáveis, fundamentais e fundantes: a violência primária e a violência simbólica (grifos do autor).

Criou-se, no imaginário social, que a família “con-jugo(-al)” é a única referência possível, capaz de produzir e assegurar uma ordem social e subjetividades saudáveis.

No Brasil, a construção do imaginário, encontra-se vinculada ao Estado. A medicina higienista, associada ao Estado, criaram e sacralizaram este imaginário. A partir daí, definiu-se o que é família e o que se espera desta organização. Ao longo do século



XIX, fruto da urbanização desencadeada pela vinda de D. João VI e da Corte para o Brasil, da penetração do capitalismo industrial europeu e a preocupação com o fortalecimento do Estado, aliada à ação da higiene (movimento higienista), houve remodelação significativa do espaço familiar.

Segundo Silva (2010), este modelo, criado pelo Estado e sacramentado pela Igreja, é defendido como modelo ideal, fundamentado na moral cristã e em valores como a indissolubilidade, a monogamia e a fidelidade. Qualquer ameaça que coloque em risco este modelo, como por exemplo, uniões livres, homopaternidade, os contraceptivos e outros, são rechaçados veementemente. Neste sentido, nossa cultura impregnada do modelo judaico cristão se contrapõe a qualquer mudança que ameace o imaginário.

Para Silva (2010), a família patriarcal e a nuclear, tidas como modelo na sociedade brasileira, é resultado de uma construção sócio-histórica. Quando falamos de família brasileira no imaginário social emerge o tripé: pai, mãe e filhos. Este é o modelo mais estudado e difundido. Embora tenha havido outros arranjos familiares, o modelo dominante tem sido criticado porque retrata, na verdade, uma facção da sociedade brasileira; é modelo estereotipado, idealizado e generalizado. Queiramos ou não, o modelo familiar representa um grupo social que se erigiu sustentado pela ordem e organização de forma estática, negando o movimento de qualquer processo histórico que é a mutabilidade, pluralidade e o constante vir a ser.

Toda sociedade possui instrumentais para assegurar a coesão social, a regulação dos vínculos entre os indivíduos, a distribuição de papéis. Há uma ideologia que assegura e cimenta a coesão grupal. Ideologia que, segundo o sociólogo Sousa Filho (2003, p.73),

[...] traduz o temor de toda ordem à sua desagregação e torna-se uma resposta metafísica a esse temor. Ou seja, a ideologia tem sua gênese e função determinadas diretamente pelo ser de toda ordem social em sua “aflição” de se preservar como ordem. Do ponto de



vista de sua determinação ontológica, a existência da ideologia e a existência de organização social são inseparáveis.

Para o mesmo autor, em toda sociedade há um conjunto de convenções onde os membros são inscritos e tais convenções são culturais, históricas e têm por finalidade conformar seus membros a algo já preestabelecido, como, por exemplo, o exercício de papéis ou lugar social a ser ocupado. A inscrição é algo do campo do desconhecido. O indivíduo não sabe que está sendo inscrito. A ideologia atua no espaço do desconhecimento.

Parece-nos evidente, portanto, que o modelo familiar considerado a célula *mater* da sociedade estabeleceu dois mundos claros e distintos para homens e mulheres. Ao homem era reservado o espaço público, o espaço da dominação e reprodução e o exercício de provedor de sua prole. Em contrapartida, à mulher era reservado o espaço privado, ou seja, o lar, e submissa ao marido, reprodutora, e cuidadora do lar.

A concepção de homem e mulher é resultado de um processo de construção. Acontece, porém, que neste processo, a ideologia cumpre a função de inverter a realidade, ou seja, ela transfigura os processos históricos construídos em dados naturais, eternos e sagrados. A ideologia apaga a imagem da construção e, no seu lugar, como diz Sousa Filho (2003, p.78) “[...] institui uma imagem que seja sua consagração simbólica como algo cuja existência não é histórica nem produto da ação humana”. Ou seja, por meio de uma representação social, os indivíduos vivenciam a dominação como dado cultural.

Para Souza Filho, no processo de inversão da realidade, do construído historicamente pelo natural, homens e mulheres, de todos os tempos e culturas, alimentam a ilusão de que são assim por definição natural e apagam de suas memórias que são produtos de construções sociais. Desta maneira, evidencia-se que não se nasce homem e mulher, mas que se constroem, e que a concepção de gênero e a vivência da sexualidade estão sob a



égide de convenções culturais e históricas. Assim, tudo que foge das convenções é entendido como anormal e põe em risco a ordem simbólica.

Sob este prisma é que precisamos entender a crise do masculino. Cada sociedade cria seus ideais, suas representações. A cultura ocidental, por exemplo, influenciada pela cultura judaico-cristã, tem um modelo, um ideal de família – patriarcal, tradicional – modelo que se tornou lente pela qual deve ser lida toda e qualquer realidade. E por este viés deve se entender também o Édipo, isto é, o Édipo se torna um modelo por excelência, como diz Ceccarelli (1998, p.50): “*a criança deve ter imagos identificatórias e representações simbólicas do masculino e do feminino; o pai é importante para introduzir a lei, e assim por diante*”. E sob o olhar único, entende-se também como único todo processo de subjetivação.

Assim, homens e mulheres foram aprisionados ao imaginário popular que estabeleceu um modelo, um padrão de família, de masculino, de feminino. E não podemos esquecer que o patriarcado é instituição sócio-histórica e cultural milenar que amalgamou modos de ser, de se vestir, de se comportar e que a concepção de gênero é resultante dessa cultura que é uma representação construída, portanto, histórica, simbólica, relacional; e por ser construção é passível de mudanças.

A grande mudança que vivemos hoje é o declínio do patriarcado, resultado de transformações, sobretudo econômicas, responsáveis pelo surgimento do homem moderno. Neste sentido, o que está em xeque é o que até então era tido como única via de subjetivação, ou seja, a referência do pai. Como diz Ceccarelli (2002) aqui se conjugam a crise do masculino com a crise fálica, entendida como organizadora do sócio. O que se evidenciou com as mudanças econômicas, políticas e sociais foi a dimensão imaginária de uma maneira de organização social onde o homem ocupava o centro; vivemos uma crise de referências simbólicas, construções atreladas a um momento histórico-político e portanto passíveis de remanejamento e reorganização.



Destarte, a masculinidade e a feminilidade não são realidades vincadas em ordens naturais e menos ainda em dados anatômicos ou biológicos. Quero afirmar então: há outros discursos sendo pronunciados, e outras verdades sendo construídas, pois o movimento que organiza-desorganiza-reorganiza a história mantém estreita relação com o contexto sócio-cultural. Masculinidade e feminilidade são, portanto, formas culturais dentro das quais tais concepções emergem e, neste momento, no bojo das grandes reviravoltas históricas, há um novo sendo gestado, uma nova masculinidade e uma nova feminilidade.

Ao mesmo tempo em que se gesta um novo masculino e feminino, o nascimento de novas configurações familiares rompendo com a concepção tradicional de entidade de produção, se apresentam mais como entidades sócio-afetivas, estruturalmente, mais descentralizadas, democráticas, igualitárias e desmatrimonializadas. Como afirma Giddens (2002, p.74-75), o que se verifica é uma verdadeira *democracia das emoções da vida cotidiana*: “uma democracia das emoções é exatamente tão importante quanto a democracia pública para o aperfeiçoamento da qualidade de nossas vidas”.

REFERÊNCIAS

CECCARELLI, Paulo Roberto. **A construção da masculinidade**. Percurso, São Paulo, v.19, p.49-56, 1998. Disponível em: www.ceccarelli.psi.br. Acesso em: maio de 2010.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A masculinidade e seus avatares. **Catharsis**, São Paulo, v.IV, n.19, p.10-11, maio/junho 1998.

CECCARELLI, Paulo Roberto. As bases imaginárias da família. In: FERES CARNEIRO, T. (org.) **Família e casal**: saúde, trabalho e modelos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p.311-322.



CECCARELLI, Paulo Roberto. As bases mitológicas da normalidade. **Latin America Journal of Fundamental Psychopathology** [on line]. São Paulo, 2006. Disponível em www.ceccarelli.psi.br. Acesso em: maio de 2010.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Configurações edípicas da contemporaneidade; reflexões sobre as novas formas de filiação. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, ano XV, 161, 88-98, set. 2002

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GIDDENS; Anthony. **Mundo em descontrole**; o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002.

NUBLAT, Johanna; GUIMARÃES, Larissa. CNBB critica adoção de crianças por gays. **Folha de São Paulo**, quinta-feira, 29 de abril de 2010. Caderno Cotidiano, p.5.

SILVA, José Mauricio. **O lugar do pai**: uma construção imaginária. São Paulo: Annablume, 2010.

SOUZA FILHO, Alípio. Cultura, ideologia e representações. In: CAVALHO, Maria do Rosário et al. (org). **Representações sociais**. Mossoró RN: Fundação Guimarães Duque / Fundação Vingt-Um Rosado. Serie C, Vol. 1376. Set. 2003.

MAYRINK, Jose Maria. CNBB critica decisão do STF sobre união homoafetiva. Belo Horizonte, 05 de maio de 2010. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/11/interna_politica. Acesso em 30 de julho de 2011.

Recebido: 09/09/2011

Aceito: 25/09/2011

